

# Democracia e escola

A vivência por um tempo excessivo sob o regime de exceção levou boa parte dos brasileiros a confundir — depois de reimplantado o regime democrático — uma série de conceitos que, por poucos usados, estavam como que esquecidos na memória nacional. Assim, democracia passou a ser confundida, em muitos casos, com democratismo, que seria uma contrafação, um arremedo, uma caricatura. Na mão inversa, qualquer ato de autoridade, o comando que deve existir, por exemplo, numa empresa ou numa repartição, começou a ser entendido como fruto do autoritarismo, que seria a imposição pura e simples de um comando, de uma vontade.

É compreensível que após tão longo tempo em que a vida nacional esteve regulada por leis que davam aparência de democrático a um governo forte, as pessoas estivessem sequiosas por liberdade. Assim, livres de leis duríssimas, os trabalhadores puderam fazer greves. Tivemos então um encadeamento de greves, justas ou abusivas, que já se estende por mais de um decênio.

Um dos exemplos do que se convencionou chamar democratismo, mau uso da democracia, pode ser observado na eleição dos diretores de escolas ou dos reitores de universidades. A escolha passou a ser feita com a intenção de que o indicado fosse aquele mais afinado com os interesses da escola ou universidade. No entanto, o que se tem visto, em muitos casos, é a indicação de pessoas que representam, acima de tudo, interesses de partidos políticos ou de grupos.

Na maioria das vezes, tais adminis-

trações têm sido desastrosas, perdidas entre um “democratismo demagógico” que busca sua representatividade num show de assembléias, ou assembleísmo. Mas não é esta sua distorção fundamental. A direção de uma escola faz parte do Governo, deve seguir as orientações do Governo legitimamente eleito.

Insatisfeito com a escola do filho, o pai critica o Governo, jamais a direção. Acontece que muitas vezes há total desacordo entre a orientação dos diretores e a política oficial.

Há quem diga que o movimento que levou às eleições nas escolas foi uma forma encontrada por certos governantes — entre os primeiros eleitos depois do regime de exceção — para eximir o Governo de críticas. Ou seja, era, antes de mais nada, uma forma sinuosa de omissão.

Esta questão começa a ser posta novamente em discussão aqui em Brasília. Os professores lotaram a Praça do Buriti com seus alunos, levados em ônibus contratados pelos sindicatos, para tentar forçar o governador Joaquim Roriz a manter a eleição dos diretores das escolas, cujos mandatos acabam agora em novembro.

Antes de mais nada, o cidadão brasileiro quer saber se esta é uma aspiração dos professores ou se é um desejo de pais, alunos e professores, da comunidade, enfim.

A resposta já foi dada na última eleição, quando a população — que compreende todos os pais, alunos e professores da cidade — escolheu Joaquim Roriz para administrar a capital, inclusive suas escolas.